

## Internet, democracia e participação política<sup>1</sup>

Najara Lima de Barros<sup>2</sup>

### Resumo

A função - e o impacto - das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), em especial da Internet, nas sociedades contemporâneas tem sido largamente investigada pelos estudiosos de áreas relacionadas à comunicação, às ciências sociais e à política. Nas últimas duas décadas, pelo menos, tem-se dispensado atenção especial a alguns tópicos referentes a esse assunto, a exemplo da participação política, do ciberativismo, das eleições online, do governo eletrônico e da ciberdemocracia. A partir da análise dos recentes estudos sobre os referidos tópicos, o presente artigo pretende discutir a respeito da influência da inclusão das TIC na participação política em sociedades democráticas.

### Palavras-chave

Democracia; ciberdemocracia; internet; participação política.

A indústria da informação vem ganhando espaço e poder jamais imaginados em qualquer outra época. Tanto é que tudo o que integra a agenda econômica, cultural ou política passa obrigatoriamente pelo que Gomes (2004) chamou de esfera de visibilidade pública, mediada pela referida indústria.

Um dos problemas inerentes a esse sistema comunicativo - bastante discutido pelos teóricos da comunicação política - é que o controle da informação é ainda das elites econômicas e/ou políticas. Os media tradicionais ainda obedecem aos anseios do mercado, ainda sofrem sérias restrições políticas, ainda pensam mais em audiências e consumidores do que em cidadãos e indivíduos participantes.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) surgem nesse cenário como uma alternativa, ao menos em tese, para a participação de cidadãos que estavam antes à margem de todo o processo de tomada de decisão política. Apesar dos numerosos estudos acerca dos temas que permeiam as possibilidades democráticas da internet, ainda não está muito claro o alcance da sua influência nesse campo, principalmente no que se refere ao âmbito público.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestranda em Comunicação pela mesma instituição. najaralimab@gmail.com

“[...] se a consolidação do impacto da Internet sobre as interações privadas e sobre as atividades do mercado globalizado já é visível, menos claro é o impacto que ela terá sobre atividades e interações com fins públicos. Qual será o impacto da internet sobre a vida política das sociedades contemporâneas? Como ela afetará a organização do Estado e da sociedade civil, e as atividades de representação e participação cívica associadas a estes espaços políticos?” (EISENBERG, 2003, p. 492).

Muitos autores, a exemplo de Bucy e Gregson (2000), consideram a internet como a modalidade que oferece as melhores opções de participação política no mundo contemporâneo. Segundo eles, a internet retrata as melhores escolhas e opções, reunindo todas as já retratadas anteriormente tão bem pelos multimídia, ou canais de comunicação variados, pois permite que o usuário selecione a mensagem através de um método de entrega.

Para Wiklund, “está claro que os serviços disponibilizados pelas tecnologias da informação e da comunicação podem suportar ambições democráticas encorajando formas de organização informais e não-hierárquicas<sup>3</sup>” (2005, p.263). Segundo Savigny (2002), a expansão da Internet como um novo meio de comunicação gera uma mudança potencial da primazia da mídia tradicional e partidos políticos como formadores da opinião pública. O autor acredita que a Internet, assim como as demais tecnologias a ela relacionadas, oferece grandes oportunidades para os indivíduos participarem dos diversos âmbitos de debate existentes no ciberespaço.

“A internet é um instrumento, até então, amplamente fora do controle da elite tradicional. Esse meio oferece as melhores oportunidades para os indivíduos participarem e incorporarem um desafio para os fóruns de debate existentes<sup>4</sup>” (SAVIGNY, 2002, p. 1).

Os pesquisadores Stanley e Weare (2004), em estudo realizado a respeito dos efeitos do uso da Internet na participação política, afirmam que a Internet se constitui

---

<sup>3</sup> “[...] it is clear that ICT-enabled services can support democratic ambitions by encouraging informal and non-hierarchical forms of organizing” (WIKLUND, 2005, p. 263).

<sup>4</sup> “The internet is an instrument, as yet, largely outside of traditional elite control. This medium offers greater opportunities for individuals to participate and embodies a challenge to the existing forums of debate” (SAVIGNY, 2002, p. 1).

como um fórum através do qual os indivíduos podem adquirir níveis de civilidade necessários à participação. No referido artigo, os autores demonstram como a discussão baseada na Internet pode atrair novos indivíduos a participar do processo político.

Já Ayres argumenta que:

“enquanto algumas evidências pintam uma imagem de usuários da Internet como indivíduos atomizados, solitários, mergulhados em depressão enquanto se perdem numa bagunça de salas de bate-papo, outras evidências sugerem que a Internet serve como uma ferramenta eficaz para aqueles envolvidos em uma causa particular<sup>5</sup>” (AYRES, 1999, p.138).

Para os que aclamam o potencial mobilizador da Internet, o meio é capaz de criar novas oportunidades de envolvimento, trazendo para a arena política eletrônica aqueles que não tinham tanta oportunidade de se envolver no processo político tradicional. Pippa Norris, em *Preaching To the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites*, artigo publicado em 2003, traça um panorama do corrente debate sobre participação política envolvendo as duas hipóteses citadas. Ela destaca, dentro do conjunto de estudos realizados, duas correntes principais.

A primeira delas é aquela surgida no início da década de 90, que dizia que a Internet seria particularmente importante para os grupos que à época estavam desengajados, como as novas gerações. Lá pelo final dessa mesma década, eis que surge um segundo grupo de teóricos, mais céticos com relação às proposições da corrente que os antecedeu.

“A maioria dos estudos baseados na análise de sondagens norte-americanas concluíram que a Internet funcionou usualmente para favorecer e informar aqueles cidadãos americanos que já estavam engajados na política, e dessa forma pregando para os convertidos<sup>6</sup>” (NORRIS, 2003, p. 24).

---

<sup>5</sup> “While some evidence paints a Picture of Internet users as lonely, atmized individuals, sinking deeper into depression while lost in a maze of chat rooms (Kraut et al. 1998), other evidence suggests that the Internet does serve as na efficacious tool for those concerned aboit or committed to a particular cause” (AYRES, 1999, p.138).

<sup>6</sup> “In many studies based on analysis of US surveys it was found that the Internet usually functioned to further activate and inform those American citizens who were already engaged in politics, thereby mainly preaching to the converted” (NORRIS, 2003, p. 24).

Já Carpini (2000) afirma que uma maneira de pensar a utilidade da internet para afetar o engajamento cívico é distinguir três tipos de atores cívicos em potencial. Primeiro, para as elites políticas, a internet oferece novas oportunidades para a criação de novas redes, atraindo assim uma nova audiência. Para os cidadãos engajados, a internet é uma maneira de diminuir os custos do engajamento, imprimindo qualidade a ele e criando novos tipos de atividades engajadas. A Internet e as tecnologias a ela relacionadas oferecem maneiras para sustentar, expandir e conferir qualidade ao engajamento preexistente.

Há ainda uma terceira corrente, segundo Carpini, que é a dos interessados em assuntos que permeiam o debate político, mas que ainda são inativos. Para estes, a internet disponibiliza informações sobre como transformar esse interesse em ação, oferecendo maneiras mais fáceis e atrativas para que isso ocorra, através da ampliação da motivação. Apesar disso, “[...] a habilidade das novas tecnologias para ampliar a motivação para a ação parece ser o aspecto menos bem teorizado e compreendido do potencial para ampliar o engajamento cívico<sup>7</sup>” (CARPINI, 2000, p. 348).

Mas, ainda existem aqueles que nem estão politicamente engajados, nem parecem claramente motivados para participar politicamente. Carpini defende que, da mesma forma que a Internet oferece ferramentas para transformar o interesse existente em participação na prática, ela poderia servir para criar o próprio interesse e depois convertê-lo em ação.

Uma questão interessante levantada por Stanley e Weare (2004) é que as hipóteses do reforço e da mobilização inculcam uma falsa dicotomia, ou seja, seus efeitos não são mutuamente exclusivos. Segundo eles, o acesso à internet pode mobilizar alguns cidadãos a participarem de novos atos de engajamento, como na organização de protestos.

Da mesma forma, pode ocorrer que em outros domínios existentes as elites utilizem a internet de forma estratégica, justamente para manter e reforçar suas posições políticas. Além disso, antes de tratar de reforço e mobilização, tanto Carpini (2000) quanto Stanley e Weare (2004) defendem que é importante, para a participação política, que sejam garantidos alguns elementos essenciais, como a motivação, as oportunidades de acesso e as habilidades (ou capacidades) com a ferramenta para todos os cidadãos.

---

<sup>7</sup> “[...] the ability of new technologies to increase the motivation to act appears to be the least well-theorized and understood aspect of the potential for increasing civic engagement” (CARPINI, 2000, p. 348).

## Críticos

Em contraposição a esses autores, outros estudiosos não nutrem tamanhas esperanças a respeito do tão celebrado potencial democrático da Internet, ou a tomam apenas por uma ferramenta neutra que pode e deve ser utilizada para modernizar, melhorar e fortificar a democracia (Buchstein, 1997). Wiklund (2005) defende a ideia de que os serviços e informações disponibilizados pelas TIC possuem um potencial democrático, mas atenta ao fato de que a Internet precisa ser utilizada com cuidado e que apenas disponibilizar serviços não garante que eles sejam utilizados.

A participação de uma parcela cada vez maior de cidadãos também é um ponto bastante questionado por uma corrente de autores que defendem o chamado “pluralismo elitista”. Walter Lippmann (1922,1927, apud Bucy & Gregson, 2000), por exemplo, defende que os cidadãos comuns não são competentes para participar efetivamente de atividades políticas tão complexas.

Em contraposição aos entusiastas da internet, que no início dos estudos sobre a rede consideraram suas possibilidades com bastante exagero e sem a devida reserva, outros pesquisadores da comunicação política mantêm parcimônia em seus estudos. Um deles é o professor Wilson Gomes (2005), que leva em conta que a internet pode proporcionar instrumentos e alternativas de participação política, mas lembra que apenas o acesso a ela não assegura o incremento da atividade política, muito menos daquela de caráter argumentativo.

A respeito dos críticos, Gomes (2005b) afirma ser volumosa a bibliografia que apresenta um conjunto de restrições e déficits, próprios da internet, com relação à sua contribuição para as democracias modernas. Segundo ele, a maior parte dessa literatura não se refere à arquitetura técnica da rede, mas sim a um sistema de representações empolgadas sobre a internet, “que elevou à última potência as suas características positivas sem se importar em oferecer apoios concretos às suas assunções” (GOMES, 2005b, p. 19).

Segundo o professor, há uma extensa lista de motivos apontados pelos críticos da internet e seu pretensão potencial democrático, a exemplo da falta de informação política qualificada disponível; a desigualdade de acesso; o predomínio dos meios de massa; o fato do sistema político ser ainda bastante fechado; e a cultura política. Sobre

esse último âmbito, Gomes afirma que, apesar de haver informação política disponível, não há um interesse significativo do usuário nessa informação.

“Temos poucos indícios empíricos de haver suficiente vontade e interesse no jogo político, no processo político e no estado dos negócios públicos para superar o senso de apatia predominante na cultura política contemporânea. E é difícil imaginar que apenas a mudança do meio de informação e de envolvimento político possa alterar a cultura política predominante” (GOMES, 2005b, p. 23).

Dahlgren (2005) não acredita que as discussões realizadas no ciberespaço consigam adentrar as esferas de decisão pública. Ele argumenta que a Internet e as tecnologias a ela relacionadas estariam apenas no domínio do informal, da política extra-parlamentar.

Para Herscovici (2002), é pouco provável que as relações entre os indivíduos e os grupos sociais realizadas através da internet podem se realizar sem determinadas mediações simbólicas. Por esse motivo, ele defende que a internet não pode ser considerada uma nova esfera pública de acordo com a teoria proposta por Habermas, simplesmente porque a informação alterou sobremaneira o espaço público.

César Bolaño (2007), um dos expoentes no estudo da economia política da comunicação no Brasil, também faz reservas com relação às possibilidades abertas a partir da utilização da internet como meio de mobilização e participação nos assuntos políticos.

“[...] a história nos mostra que as possibilidades postas por uma determinada invenção qualquer são algo bastante diferente da sua efetivação. É erro primário partir das possibilidades técnicas e, exclusivamente com base nelas, prever situações futuras” (BOLAÑO et al., 2007, p. 35).

Partilha da mesma opinião a pesquisadora Rousiley Maia (2002), que acredita que para fortalecer a democracia é preciso mais que estruturas comunicacionais eficientes e instituições propícias à comunicação. Para ela, também deve existir a motivação, o interesse e a disponibilidade dos cidadãos para se envolver com os assuntos políticos.

Mesmo partindo de uma perspectiva mais crítica para analisar esse objeto de estudo, esses autores reconhecem que a internet possui um caráter eminentemente democratizante, além de promover “uma comunicação horizontalizada, articuladora da sociedade civil, de forma mais independente e relativamente não transparente aos poderes do Estado e do capital” (BOLAÑO et al., 2007, p. 47).

Esteves (2003) acredita que, tanto a posição otimista quanto a pessimista com relação ao potencial democrático da internet falham em não apresentar uma percepção clara das ambivalências do novo meio. Isso ocorre, segundo ele, pela ausência de uma pesquisa sistemática e pela “transposição demasiado fácil de uma certa hiper-actividade (atração ou rejeição incondicionais) para o interior do próprio trabalho científico” (ESTEVES, 2003, p. 185).

### **Potencial democrático**

O advento da internet trouxe consigo grandes expectativas com relação às possibilidades de participação democrática desse meio, além da esperança de renovação da esfera pública e da democracia participativa (GOMES, 2005b). Mas é importante lembrar que recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. “Recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças” (GOMES, 2005b, p. 28).

No mesmo caminho, Castells (2003) defende que a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos, visto que estes apenas se apropriam do meio, amplificando-se e potencializando-se a partir do que são. Mesmo sendo essa rede considerada por muitos pesquisadores como um ambiente rico em possibilidades, recentes estudos apontam evidências de que a sociedade civil e o Estado ainda não conseguiram tirar proveito de todas essas oportunidades favoráveis à democracia que ela pode oferecer (Maia, 2002; GOMES, 2005b e 2007; AZEVEDO, 2006).

Eles defendem que, para o fortalecimento da democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes e instituições propícias à participação, mas também são fundamentais a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates.

“[...] mesmo possuindo um conjunto de dispositivos capazes de ajudar a revigorar instituições e práticas democráticas, grande parte da esfera civil não está capacitada ou motivada para fazer uso dessa oportunidade, e o sistema político continua fechado e altamente especializado, tornando qualquer tentativa de participação dificilmente eficaz” (AZEVEDO, 2006, p. 14).

Sobre motivação, Gomes (2005b) defende que ela seria ampliada se o público tivesse a impressão de que sua participação pode interferir nos processos de tomada de decisão. “[...] se o público tem a impressão de que a sua intervenção política poderia fazer alguma diferença [...], então possivelmente se sentirá compelido a produzir intervenções mais constantes e qualificadas” (GOMES, 2005b, p. 6).

É imprescindível considerar que, para ampliar as possibilidades de participação cidadã nos assuntos políticos, não basta apenas criar os instrumentos para tal. “[...] as instâncias decisórias e institucionalizadas do Estado deverão, por sua vez, permanecer porosas, dispondo-se a realizar cooperativamente negociações pragmáticas” (MAIA, 2002, p. 66).

Para alargar mais amplamente a base democrática de acesso e consequente utilização da internet, Esteves (2003) acredita que é preciso reduzir os custos, ampliar a gratuidade de acesso em locais públicos, além de ampliar o acesso do público a documentações oficiais, arquivos eletrônicos e bases de dados.

Castells (2003) acredita que é verdade que as ferramentas da internet devem ser projetadas para atender às demandas de modelos democráticos mais participativos, mas as práticas e instituições políticas também precisam ser repensadas a fim de incorporar as contribuições trazidas pelas inovações tecnológicas. Segundo ele, onde existe burocratização política e política estritamente midiática de representação cidadã, a Internet funciona como um simples quadro de anúncios. O autor acredita que é preciso mudar a política para mudar a Internet e, a partir de então, o uso político da Internet pode converter-se em uma mudança política em si mesma.

Como defende Maia (2002), é inegável que a internet reduz os custos da participação política e tem potencial para criar possibilidades de interação através das quais o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos. Mas o que se constata, de acordo com Gomes (2005b), é que os governos ainda não estão preparados para



aproveitar todo o potencial democrático das novas mídias. Segundo ele, a maior parte da comunicação governamental online com o público refere-se à produção de materiais destinados a produzir, unidirecionalmente, opinião pública favorável ou a prestação de informações básicas sobre o funcionamento do Estado.

Wilson Gomes (2011) alerta que a busca pela participação massiva do público nos assuntos políticos através da internet é muito menos importante do que garantir que existam amplos canais e oportunidades para que qualquer cidadão preocupado, ou seja, afetado pelas decisões tomadas na comunidade política, possa se tornar um indivíduo participante da esfera pública e da vida política. Ele ressalta, ainda, que a participação civil não é um fim em si mesmo, mas “se justifica sempre em função do seu propósito para a democracia e da qualidade moral dos seus processos” (GOMES, 2011, p. 41).

### **Considerações finais**

Este artigo buscou analisar os numerosos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil nas duas últimas décadas a respeito das consequências da utilização das ferramentas e dispositivos eletrônicos sobre a sociedade contemporânea, especialmente aquelas ligadas aos termos esfera pública e democracia.

A referente análise deixa claro que as instituições democráticas podem adquirir novos contornos a partir do uso de dispositivos ou recursos tecnológicos oferecidos pelas inovações tecnológicas, ampliando e aprimorando práticas políticas. Mas existe um amplo conjunto de elementos democráticos que precisa ser considerado pelos pesquisadores que investigam a participação política viabilizada a partir da internet, a exemplo do acesso, das oportunidades e das motivações para participar (MAIA, 2011).

Além disso, segundo Maia, é preciso compreender os efeitos da participação política, de forma geral, e daquela realizada via internet, mais especificamente, em relação às várias finalidades da democracia, como o desenvolvimento de habilidades políticas, virtudes cívicas e capacidade crítica do indivíduo, geração de recursos comunicativos, sustentação da esfera pública, ou a promoção de representação, fiscalização e *accountability*.

Longe de apresentarem posições convergentes, as pesquisas estão cada vez mais enriquecidas e contribuem largamente para a observação sistemática desse objeto de estudo. Apesar disso, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos sobre esse assunto

no Brasil ainda carecem do estabelecimento de sólidas categorias de análises, de modo a construir uma abordagem que considere a natureza e a organização dinâmica das trocas comunicativas online.

De qualquer maneira, o vasto material produzido até então deixa claro que o debate sobre a participação política através dos recursos proporcionados pela internet com vistas ao fortalecimento da democracia está longe de ter um fim, já que nele reside um campo fértil para o desenvolvimento de importantes pesquisas científicas.

### Referências bibliográficas

AYRES, Jeffrey M. (1999) From the Streets to the Internet: The Cyber-Diffusion of Contention. *The Annals of the American Academy*, 566(1), p. 132-143.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; HERSCOVICI, Alain; VASCONCELOS, Daniel; CASTAÑEDA, Marcos. *Economia Política da Internet*. Aracaju: Editora da UFS. 2007.

BUCHSTEIN, Hubertus. (1997) Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. *Constellations*, p.248-261.

BUCY, Erik P.; GREGSON, Kimberly S. (2000) Media participation: A legitimizing mechanism of mass democracy. *New Media & Society*, p.357-380.

CARPINI, Michael X. Delli. Gen.com: Youth, Civic Engagement, and the New Information Environment. *Political Communication*, 17, p. 341-349.

DAHLGREN, Peter. (2005) The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication*, 22, p. 147-162.

EISENBERG, José. (2003). Internet, Democracia e República. *Dados*, Rio de Janeiro. Vol. 46, nº 3, pp. 491-511. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000300003&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300003&Ing=en&nrm=iso)

ESTEVEES, João Pissarra. (2003). **Espaço público e Democracia**. São Leopoldo: Editora Unisinos. p. 169-205.

GOMES, Wilson. (2011) Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina. p. 19-45.

GOMES, Wilson da S. (2004) Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: *Paulus*.

GOMES, Wilson. (2005). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, v. VIII, n. 3, p. 214-222.

GOMES, Wilson. (2005b). Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista da FAMECOS*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-33.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. (2011) Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina. p. 47-91.

MAIA, Rousiley. (2002). Redes Cívicas e Internet – Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 46-67.

NORRIS, Pippa. (2003). Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites. *Party Politics* 9 (1), p. 21-45.

SAVIGNY, Heather. (2002) Public Opinion, Political Communication and the Internet. *Politics*, 22(1), p.1-8.

STANLEY, J. Woody; WEARE, Christopher. (2004) The Effects of Internet Use on Political Participation: Evidence From an Agency Online Discussion Forum. *Administration Society*, p.503-527.

WIKLUND, Hans. (2005) A Habermasian analysis of the deliberative democratic potential of ICT-enabled services in Swedish municipalities. *New Media & Society*, p. 247-270.